

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.

O Trabalho no Século XXI.

Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 01 - Los trabajadores temporarios en la agricultura globalizada

**A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA SAÚDE E
SEGURANÇA DOS TRABALHADORES DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO
BRASILEIRO**

Marcos Antonio F. Almeida - Mestrando do PPGCS/UFCG

Dra. Marilda A. Menezes – Profª Drª do PPGCS/UFCG

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA SAÚDE E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO BRASILEIRO

O agronegócio canavieiro brasileiro experimenta um crescimento vertiginoso nos últimos anos, mas acompanhado por um contexto de exploração de trabalhadores rurais, o que faz emergir a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT), instituição que, sobretudo após o processo de redemocratização no Brasil, vem sendo percebida como essencial ao exercício pleno da cidadania, defensora da ordem jurídica trabalhista e promotora da Justiça Social. Problematicando a noção de "judicialização da política" e abordando questões como a evolução institucional do MPT e a emergência de uma nova categoria de direitos (chamados "metaindividuais"), busca-se demonstrar a atuação da instituição no contexto de lutas do agronegócio canavieiro. Enfatizaremos as questões relacionadas ao descumprimento de normas de saúde e segurança no trabalho, que tem sido uma das mais frequentes irregularidades trabalhistas.

Palavras-Chaves: Ministério Público, conflitos trabalhistas, direitos metaindividuais, agronegócio canavieiro.

1. OBJETO

No Brasil, a produção de cana-de-açúcar vem sendo impulsionada por sua crescente valorização no mercado internacional, de tal sorte que o setor sucroalcooleiro representa, atualmente, parte considerável da economia do país. O crescente volume de recursos aportados no setor sucroalcooleiro não tem se refletido, todavia, na melhoria da qualidade das práticas trabalhistas vigentes nesse segmento econômico. Pelo contrário, tal setor vem experimentando um contexto de violação de direitos trabalhistas.

Entre as irregularidades trabalhistas mais encontradas no agronegócio canavieiro estão aquelas relacionadas ao descumprimento de normas de saúde e segurança no trabalho. Neste particular, convém ressaltar a existência de um vasto arcabouço jurídico que assegura a adoção de medidas protetivas da saúde e segurança dos trabalhadores brasileiros. De fato, a própria Constituição Federal elenca, como direito fundamental social pertencente a todo trabalhador, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Não obstante, até então não se observava a adoção de medidas para a efetiva concretização de tal proteção jurídica. De acordo com FERREIRA (2000, p.56),

“em termos de proteção legal ambiental estamos, certamente, entre os povos mais desenvolvidos. A realidade, não obstante isso, é outra, porque temos uma Constituição moderna, comprometida com os valores éticos e substantivos essenciais à realização das dimensões mais sensíveis do homem, e uma realidade cruel, que transita ao longe da superfície da ordem jurídica e das práticas que legitimam uma sociedade democrática e socialmente justa”.

Diante deste contexto, o setor sucroalcooleiro tem merecido, no decorrer dos últimos anos, especial atenção por parte do Ministério Público do Trabalho que, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, posta-se como promotor dos direitos fundamentais dos trabalhadores e da defesa da ordem jurídico-democrática, no âmbito das relações laborais, assumindo, nessa perspectiva, a condição de intérprete e postulador do interesse público e social configurado nas demandas surgidas nesta área (MEDEIROS NETO, 2009). A atuação do Ministério Público nos conflitos trabalhistas do agronegócio canavieiro foi bem percebida por SILVA (2008a, p. 34), para quem a universalização da produção capitalista e dos métodos de exploração e exclusão vem sendo acompanhada, paradoxalmente, pela emergência da “participação de outros sujeitos sociais em lutas que, até então, era circunscritas a determinadas particularidades históricas”. Para a autora, as ações do Ministério Público do Trabalho nas lutas envolvendo a exploração de trabalhadores rurais constituem “um fato novo

deste processo, pondo em relevo não somente o descumprimento da legislação trabalhista como também a negação dos direitos humanos universais”.

2. OBJETIVO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a atuação do Ministério Público do Trabalho nas relações de trabalho do agronegócio canavieiro, especialmente no tocante ao mister de zelar pelo cumprimento da legislação trabalhista e concretização dos direitos fundamentais dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Nessa esteira, enfatiza-se a atuação dessa instituição no tocante ao combate às irregularidades trabalhistas relacionadas ao descumprimento de normas jurídicas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores do agronegócio canavieiro.

3. METODOLOGIA

Analizando criticamente os diversos estudos até então realizados acerca do tema dessa pesquisa, DA ROS (2009, p. 47) ressalta a necessidade de trabalhos mais específicos e menos generalistas a respeito do novo papel assumido pelo Ministério Público, sobretudo a partir da década de 1980. Para o autor, o Ministério Público “é uma instituição muito grande, complexa e diversificada e que atua em diferentes regiões do país, defrontando-se com os mais variados tipos de sociedade civil e respondendo pelos mais diferentes temas que cada contexto propicia”.

A complexidade e especificidade inerente aos conflitos que envolvem essa área ressalta a necessidade de específico tratamento da matéria. Dentro desta perspectiva, buscou-se, neste trabalho, compreender especificamente a atuação do Ministério Público no âmbito dos conflitos trabalhistas do agronegócio canavieiro.

Atualmente, o Ministério Público do Trabalho é composto por uma Procuradoria-Geral, com sede em Brasília/DF, e por diversas Procuradorias Regionais e Procuradorias do Trabalho, instaladas nas capitais dos Estados e em cidades do interior. Assim, no intuito de delimitar precisamente o objeto do trabalho de pesquisa, realizou-se a coleta de dados relativos ao trabalho desenvolvido no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas/SP e atuação em todo o interior do Estado de São Paulo, no período compreendido entre os anos de 1988 e 2010 (corte temporal). A escolha do ano de 1988, como marco temporal inicial da pesquisa, justifica-se pelo fato de que, conforme já assinalado anteriormente, a atuação do Ministério Público do Trabalho, como promotor dos direitos

fundamentais dos trabalhadores, somente teve início após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

O presente trabalho leva em conta a pesquisa bibliográfica e análise documental acerca das relações de trabalho do setor sucroalcooleiro brasileiro, a partir do resgate de autores clássicos e contemporâneos que trabalham com a temática. No que concerne à pesquisa bibliográfica, vale frisar que este trabalho privilegia o exame interdisciplinar da temática, estabelecendo, para tanto, diálogo entre as análises de diferentes campos das ciências humanas e sociais, mormente entre as áreas de Ciência Política, Direito e Sociologia. Em relação à pesquisa documental, foram realizadas análises de procedimentos administrativos, inquéritos civis públicos, ações civis públicas e outros expedientes referentes a conflitos trabalhistas do agronegócio canavieiro, que tramitam ou tramitaram na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Após a análise dos procedimentos conduzidos pelo Ministério Público do Trabalho, realizou-se um tratamento, quantitativo e qualitativo, das informações obtidas, no intuito de identificar, principalmente, a origem das denúncias encaminhadas à instituição, a natureza das irregularidades trabalhistas investigadas pelo órgão, bem como o resultado dessas investigações e o encaminhamento dado a esses conflitos trabalhistas referentes ao agronegócio canavieiro.

Ainda no que toca à seara metodológica, o presente trabalho também se baseia em entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais envolvidos no agronegócio canavieiro, sobretudo os procuradores do Ministério Público. As entrevistas buscam, principalmente, identificar as concepções dos membros do Ministério Público do Trabalho em relação aos conflitos trabalhistas e de que forma elas estão presentes em suas práticas.

4. RESULTADOS

A análise da agenda de atuação do Ministério Público do Trabalho possibilita a verificação de uma postura efetivamente sintonizada com interesses e expectativas existentes no ambiente social mais amplo. Nesse contexto, em análises preliminares dos expedientes de investigação conduzidos pela instituição, verifica-se que cerca de 40% das investigações instauradas em face de empresas do agronegócio canavieiro referem-se ao descumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho. Diante da importância do tema, e visando garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável para os trabalhadores do agronegócio canavieiro, o

MPT utiliza-se de um fluxo institucional de medidas e estratégias, cuja análise nos permite compreender os limites e possibilidades de sua atuação.

Uma das estratégias identificadas diz respeito à exigência de interrupção do trabalho sob altas temperaturas. De fato, os trabalhadores do corte da cana são, em regra, obrigados a trabalhar sob altas temperaturas, sobretudo em virtude da queima realizada no dia anterior, o que já resultou, inclusive, em mal súbito de alguns cortadores de cana. Diante desse problema, verificou-se, por exemplo, que o MPT em Bauru/SP promoveu audiência que culminou com a celebração de termos de compromisso de ajustamento de conduta com usinas da região. Através desses instrumentos, foram previstas medidas de prevenção às ocorrências de mal súbito e de morte por exaustão, através da manutenção, pelas usinas, de um controle diário de medições de temperatura e de umidade relativa do ar, a fim de interromper as atividades de corte quando for constatada temperatura igual ou superior a determinado patamar.

Outra forma de atuação do MPT, no tocante à garantia de condições dignas de trabalho refere-se à adequação das moradias de trabalhadores migrantes. No interior de São Paulo, a atividade do corte de cana abrange um número expressivo de trabalhadores migrantes, oriundos principalmente das regiões Norte e Nordeste, razão pela qual exsurge a necessidade de incremento na quantidade e qualidade de moradias e de alojamentos, principalmente na época de colheita. O MPT ajuizou ações civis públicas no sentido de responsabilizar as usinas pelas moradias coletivas de cortadores de cana, sob o fundamento de que essas moradias se inserem, por extensão, no conceito de meio ambiente de trabalho. O objetivo do Ministério Público, com essas medidas, é garantir a manutenção da moradia sem qualquer custo para os trabalhadores, com condições dignas de higiene, de conforto e de estrutura.

Todavia, é preciso destacar que muitas dessas medidas adotadas pelo MPT visam, apenas, minorar os efeitos da exploração vivenciadas pelos trabalhadores do agronegócio canavieiro, não alcançando, muitas vezes, um dos principais fatores para a superexploração desses trabalhadores: o pagamento de salários baseado na produção individual.

Com efeito, a forma de remuneração por produção imposta pelas usinas enseja a submissão dos trabalhadores a jornadas exaustivas. Tendo em vista que a imposição de alta produtividade constitui o fator principal para o alto índice de adoecimento e mortes no setor sucroalcooleiro (SILVA, 2006), o Ministério Público do Trabalho vem discutindo, inclusive, a abolição do sistema de pagamento por produção. Neste particular, tem-se que, no meio de conflitos e contradições presente nesta área, o Ministério Público do Trabalho, no exercício do seu mister de defender a ordem jurídica vigente e os direitos humanos nas relações de trabalho,

coloca-se em posição diferenciada em relação aos demais atores sociais que compõe o setor sucroalcooleiro brasileiro (trabalhadores, sindicatos, Justiça e patronato).

Todavia, conforme bem assinala SILVA (2008b, p.7), a medida levantada pelo Ministério Público do Trabalho “não é aceita nem pelos usineiros, os quais alegam que seriam lesados, nem pelos representantes sindicais, os quais afirmam que os trabalhadores não aceitariam trabalhar na diária (pagos por dia), porque o piso salarial é baixo, aquém de suas reais necessidades de reprodução da força de trabalho e do sustento de suas famílias. Todas as questões suscitadas anteriormente indicam que a compreensão acerca do fenômeno estudado pressupõe, ainda, uma reflexão sobre o posicionamento do Ministério Público do Trabalho em relação aos demais atores sociais – trabalhadores, sindicatos, Justiça e patronato. No caso do objeto de análise, a literatura também tem ressaltado a importância da análise do posicionamento do Ministério Público do Trabalho, enquanto instituição pública diferenciada, dentro desse universo do agronegócio canavieiro, que contempla os mais diversos atores sociais. É nessa perspectiva que, através deste trabalho, se busca observar a atuação dessa instituição, notadamente sua relação – de cooperação ou conflito - com os demais atores sociais do setor sucroalcooleiro.

5. BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

ARANTES, Rogério Bastos. **Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, n. 39, fev/99.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda *et. al.* **Ministério Público do Trabalho como instância extrajudicial de solução de conflitos e os sindicatos**. Caderno do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES), n. 7, Rio de Janeiro, 2006.

DA ROS, Luciano. **Ministério Público e Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: em busca de um padrão de interação**. In: Revista Política Hoje, Vol. 18, n. 1, 2009.

HALL, Peter & TAYLOR, Rosemary. **As Três Versões do Neo-Institucionalismo**. Lua Nova, São Paulo, nº 58, 2003, p. 193-224.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Ministério Público do Trabalho**. In: Curso de Processo do Trabalho. São Paulo: LTr, 2009.

NOVAES, José Roberto Pereira *et al.* **Jovens migrantes canavieiros: entre a enxada e o facão** Ibase/Pólis/IDRC, set/2007.

POCHMANN, Marcio. **Força de trabalho e tecnologia no Brasil: uma visão de historia com foco atual na produção de cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado**. In: Revista NERA, ano 9, n.8. Presidente Prudente, jul/dez 2006.

_____. **Cortadores de cana e os (não) direitos**. In: Revista Travessia, maio/ago 2008a.

_____. **Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas**. In: INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.2, abr/ago 2008b.

_____. **Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”**. In: Agrária, n. 2. São Paulo, 2005.